**EDITAL DE SELEÇÃO DE CANDIDATOS A BOLSA PÓS-DOC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEDICINA TROPICAL
FACULDADE DE MEDICINA - UnB
PROGRAMA NACIONAL DE PÓS-DOCTORADO – PNP/CAPE**

1. DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1.1. A Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Medicina Tropical (PPGMT/UnB), no uso de suas atribuições legais, torna público e estabelece as normas do processo seletivo para o preenchimento de 01 (uma) vaga para bolsa de pós-doutorado da cota de bolsas do Programa Nacional de Pós-Doutorado – PNP/CAPE.

1.2. O presente Edital foi aprovado pelo Colegiado da Pós-Graduação em Medicina Tropical na 1ª reunião ordinária de 2019, em 14 de fevereiro de 2019.

1.3. O Regulamento do Programa Nacional de Pós-Doutorado/2013 (Portaria CAPE/MEC no. 086 de 03 de julho de 2013) e o Edital do presente processo seletivo podem ser obtidos no mural da Secretaria de Pós-Graduação do Núcleo de Medicina Tropical.

2. DOS OBJETIVOS

Incrementar o ensino e a pesquisa no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Medicina Tropical (PPGMT/UnB), por meio da seleção de pesquisador brasileiro ou estrangeiro em nível de pós-doutorado com formação em Medicina Tropical ou áreas afins e experiência científica comprovada em pelo menos uma das áreas de concentração deste programa de Pós-graduação (Biologia, Clínica e Epidemiologia) ou áreas afins.

Na consecução dos objetivos gerais, estão previstas as seguintes atribuições:

- Desenvolvimento de projetos de pesquisa dentro do escopo do PPGMT.
- Inserção nas atividades didáticas do Programa com participação anual obrigatória comprovada.
- Participação na formação de recursos humanos em nível de iniciação científica, mestrado e doutorado.

3. DO NÚMERO DE VAGAS

UMA (01) vaga para Bolsista de pós-doutorado (cota PNP/CAPE/MEC/DPG/PPGMT/UnB).

4. DO REQUISITO BÁSICO

Diploma de doutorado obtido em cursos avaliados pela CAPE e reconhecidos pelo CNE/MEC; apresentação de plano de trabalho cujo tema esteja inserido nas linhas de pesquisa, de uma das duas áreas de concentração do PPGMT. O supervisor deverá ser membro do núcleo permanente de orientadores do PPGMT.

5. DAS NORMAS GERAIS

5.1. Os critérios de concessão, valores, formas de pagamento e prazos de duração são definidos no Regulamento do Programa Nacional de Pós-Doutorado/2013 (Portaria CAPES/MEC no. 086 de 03 de julho de 2013).

5.2. A continuidade do estágio e do fornecimento da bolsa será condicionada ao cumprimento das normas estabelecidas no Regulamento do Programa Nacional de Pós-Doutorado/2013 (Portaria CAPES/MEC no. 086 de 03 de julho de 2013) e de resolução específica do PPGMT.

5.3. O período de duração da bolsa será de doze (12) meses, podendo ser renovado por mais 12 meses, mediante avaliação de desempenho do bolsista por comissão constituída para esta finalidade, cuja deliberação condicionará a continuidade, a qualquer tempo, do Bolsista no PNPd.

6. DO PROCESSO DE INSCRIÇÃO

6.1. As inscrições para o processo seletivo de candidatos a bolsa de pós-doutorado deverão ser realizadas pelo candidato, no período de 14/02/2019 a 20/02/2019, e constará do envio de documentação por meio de e-mail único, com assunto PNPd PPGMT 2019, para o endereço eletrônico pgtropical@unb.br. O PPGMT não se responsabiliza por mensagens não recebidas em sua caixa postal por falhas eletrônicas alheias a sua influência.

6.2. Deverão ser enviados como arquivos anexos em único e-mail para pgtropical@unb.br os seguintes documentos abaixo relacionados:

a) ficha de inscrição (anexo I deste edital)

b) declaração de reconhecimento e aceitação de todas as condições previstas no regulamento do programa nacional de pós-doutorado/2013, portaria CAPES/MEC no. 086 de 03 de julho de 2013, e deste PPGMT (ANEXO II deste edital).

c) curriculum vitae, modelo Lattes, atualizado no último mês e com os comprovantes de toda a produção a ser avaliada para classificação dos candidatos, conforme indicado no anexo III.

d) o documento identificado como ANEXO III neste edital devidamente preenchido pelo candidato.

e) plano de trabalho detalhado com a descrição das atividades que o candidato pretende desenvolver no âmbito do PPGMT. O plano de trabalho (máximo de 10 páginas) deve ser composto de: introdução, justificativa, objetivos, desenho experimental, cronograma e bibliografia. Também deve constar do plano de trabalho do candidato uma proposta quanto à sua atuação didática e para formação de recursos humanos no PPGMT.

f) carta de apoio do supervisor proposto. O referido supervisor deve ser obrigatoriamente orientador do núcleo permanente do PPGMT.

6.3. O envio da documentação requerida para seleção, via um único e-mail, implica que o candidato se responsabiliza pela veracidade de todas as informações prestadas em conformidade com os artigos 297-299 do Código Penal Brasileiro. Além disso, o envio da documentação para a inscrição representa a manifestação de ciência por parte do candidato dos requisitos do Regulamento do

Programa Nacional de Pós-Doutorado/2013, que se encontra anexado a este edital como documento final denominado ANEXO IV.

7. DO PROCESSO DE SELEÇÃO

7.1. A seleção ocorrerá no dia 22 de fevereiro de 2019, por Comissão de Seleção composta pelos membros da Comissão do PPGMT.

7.2. O julgamento dos pedidos será baseado nos critérios de mérito acadêmico-científico definidos pela comissão de seleção na forma do ANEXO III apresentado pelo candidato.

7.2.1. O ANEXO III é documento de preenchimento obrigatório pelo candidato para que sua produção científica seja computada. O não preenchimento adequado e completo do ANEXO III implicará na desclassificação do candidato.

7.3. O resultado da seleção será divulgado no mural da secretaria do PPGMT e na página do Programa (medicinatropical.unb.br), com data prevista para 22/02/2019.

7.4. Requerimentos de reconsideração e de recursos (estes últimos somente por vício de forma) devem ser interpostos no prazo de 2 (dois) dias úteis a partir da divulgação dos resultados.

8. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. O resultado final do processo de seleção será homologado pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Medicina Tropical e, posteriormente, remetido ao Decanato de Pós-Graduação para homologação.

8.1.1. O candidato selecionado será informado pela Secretaria do Programa de Pós-graduação em Medicina Tropical sobre a documentação necessária para a efetivação da sua inscrição no PNP/CAPEs.

8.2. Quando convocado, o candidato deverá comparecer à Secretaria do PPGMT para efetivar sua inscrição como bolsista no Programa Nacional de Pós-Doutorado – PNP/CAPEs, munido da documentação requisitada pela secretaria do programa, sendo estes documentos na sua forma original e suas respectivas cópias.

8.3. A implementação da bolsa é condicionada ao atendimento, pelo candidato, dos requisitos no Regulamento do Programa Nacional de Pós-Doutorado/2013 (Portaria CAPES/MEC no. 086 de 03 de julho de 2013).

8.4. O bolsista será avaliado anualmente e poderá ter a bolsa descontinuada caso o bolsista não apresente desempenho compatível com sua proposta de trabalho.

8.5. Este edital entrará em vigor na data de sua publicação.

ANEXO I
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEDICINA TROPICAL
FACULDADE DE MEDICINA – UNB
EDITAL DE SELEÇÃO DE CANDIDATOS A BOLSA PNPD/CAPES

- FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO -

Candidato(a):

Nº de inscrição

Endereço:

CEP:

Cidade:

Estado:

Telefone residencial: ()

Telefone celular: ()

Data de Nascimento: / /

Naturalidade:

RG:

Órgão emissor:

CPF:

E-mail:

Curso de Doutorado:

Instituição:

Data de conclusão:

O candidato deverá apresentar 1 (uma) cópia de toda documentação abaixo listada, de preferência em arquivo eletrônico único e a ser encaminhada em e-mail único para o endereço pgtropical@unb.br:

1. Formulário de inscrição
2. Diploma(s) de curso de doutorado
3. Curriculum vitae no formato Lattes
4. Comprovantes do Curriculum vitae
5. Documentação pessoal:
 - a. Carteira de identidade
 - b. CPF
 - c. Título de eleitor com último comprovante de votação ou certidão de nada consta com a justiça eleitoral
 - d. Certificado militar (quando pertinente)
6. Plano de Trabalho
7. Carta de apoio do supervisor proposto
8. Declaração de reconhecimento e aceitação de todas as condições previstas no Regulamento do Programa Nacional de Pós-Doutorado/2013, Portaria CAPES/MEC no. 086 de 03 de julho de 2013, e das condições do PPGMT (<http://medicinatropical.unb.br/normas>) para benefício da bolsa.

Declaro, sob as formas da Lei, que as informações prestadas neste formulário são verdadeiras e que aceito as normas estabelecidas no Edital que regulamenta este processo seletivo.

Brasília, ____ de _____ de _____.

Assinatura do Candidato

ANEXO II

Eu, _____, CPF no. _____,
declaro reconhecimento e aceitação de todas as condições previstas no Regulamento do Programa Nacional de Pós-Doutorado/2013 (Portaria CAPES/MEC no. 086 de 03 de julho de 2013), e declaro que não possuo vínculo para fins de concessão ou manutenção da bolsa, e que não exerço qualquer atividade remunerada advinda de vínculo empregatício formal ou de atividade autônoma contínua ou esporádica.

Afirmo ainda o compromisso de dedicar-me exclusivamente às atividades do PPGMT e que, caso venha a contrair vínculo empregatício ou a exercer qualquer atividade remunerada (contínua ou esporádica), formalizarei solicitação à Secretaria de Pós-Graduação do PPGMT solicitando a revogação da bolsa concedida, sob pena de incorrer em condição de irregularidade junto ao Programa, em cumprimento às normas do Programa (<http://medicinatropical.unb.br/normas>) as quais declaro conhecer.

Assinatura do Candidato

Data: ____/____/____

ANEXO III

TABELA A SER PREENCHIDA OBRIGATORIAMENTE PELO CANDIDATO

Item	Nota	Pontuação (*)
Projeto		
Relevância acadêmica da temática do projeto e sua contribuição ao PPG	0-20	
Mérito científico do projeto baseada no desenho experimental, exequibilidade e disponibilidade de recursos	0-20	
Pontuação total (pontuação máxima de 40 pontos)		
Artigos completos publicados em Periódicos classificados (Medicina 2) da CAPES e patentes.		
Artigos	Quantidade	Pontuação total
Artigo Qualis A1 (20 pontos)		
Artigo Qualis A2 (10 pontos)		
Artigo Qualis B1 (5 pontos)		
Artigo Qualis B2 (2,5 pontos)		
Artigo Qualis B3 (1 ponto)		
Patentes concedidas (5 pontos)		
Patentes depositadas (1 ponto)		
Pontuação total (pontuação máxima de 60 pontos)		
(*) A PRODUÇÃO CIENTÍFICA INCLUÍDA NESTA TABELA SEM A DEVIDA COMPROVAÇÃO SERÁ DESCONSIDERADA NA AVALIAÇÃO DO CANDIDATO. Produção entre 2015 e 2019.		

ANEXO IV - Portaria nº 086, de 03 de julho de 2013

Obs.: A versão transcrita da Portaria no. 086 de 03 de julho de 2013 encontra-se desprovida de seus anexos, uma vez que tem caráter informativo acerca do teor da referida Portaria.

PORTARIA Nº 086, DE 03 DE JULHO DE 2013

O PRESIDENTE DA COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR – CAPES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 7.692, de 02/03/2012, e considerando que a Portaria Normativa Interministerial MEC-MCT nº 746, de 20 de novembro de 2007, instituiu o Programa Nacional de Pós-Doutorado – PNPd como uma ação integrante da política de formação e capacitação de recursos humanos e considerando, ainda, a necessidade de estabelecimento de novo modelo para o PNPd, resolve:

Art. 1º Aprovar o Regulamento do Programa Nacional de Pós-Doutorado – PNPd, constante do anexo a esta portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE ALMEIDA GUIMARÃES

Programa Nacional de Pós-Doutorado

Anexo I - Portaria nº. 086 de 03 de julho de 2013

REGULAMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE PÓS-DOCTORADO

Capítulo I OBJETIVOS DO PROGRAMA

Art. 1º O PNPD tem por objetivo:

- I – promover a realização de estudos de alto nível;
- II – reforçar os grupos de pesquisa nacionais;
- III – renovar os quadros nos Programas de Pós-Graduação nas instituições de ensino superior e de pesquisa;
- IV – promover a inserção de pesquisadores brasileiros e estrangeiros em estágio pós-doutoral, estimulando sua integração com projetos de pesquisa desenvolvidos pelos Programas de Pós-Graduação no país.

Capítulo II REQUISITOS E ATRIBUIÇÕES DAS INSTITUIÇÕES E DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO

Art. 2º A Instituição que pretender participar do PNPD deverá:

- I – ter personalidade jurídica de direito público ou privado;
- II – garantir e manter infraestrutura adequada para o gerenciamento do PNPD;
- III – ter Programa de Pós-Graduação *stricto sensu*, recomendado pela CAPES, reconhecido pelo Conselho Nacional de Educação (CNE)/Ministério da Educação (MEC) e em funcionamento.

Art. 3º À Instituição, por meio das Pró-reitorias ou órgãos equivalentes, compete:

- I – responsabilizar-se pelos procedimentos relativos à chancela dos bolsistas nos sistemas da CAPES;
- II – instaurar processo administrativo, assegurando o contraditório e a ampla defesa e concluindo objetivamente sobre a ocorrência de eventuais infrações cometidas pelos respectivos beneficiários do PNPD e/ou prepostos da instituição que descumprirem as normas contidas neste regulamento.

Art. 4º Ao Programa de Pós-Graduação compete:

- I – selecionar, mediante critérios próprios, os candidatos à bolsa e verificar a documentação pertinente, conforme as exigências deste Regulamento;
- II – responsabilizar-se pelos procedimentos relativos ao cadastramento, substituição, suspensão e cancelamento dos bolsistas nos sistemas da CAPES;
- III – manter a documentação comprobatória da habilitação e seleção dos candidatos, bem como termo de compromisso do bolsista, conforme modelo disponibilizado em anexo, pelo período mínimo de 5 anos após o cancelamento ou término de vigência da bolsa;
- IV – manter em meio digital, por no mínimo 5 anos, os Relatórios de Atividades dos bolsistas, aprovados pelo Programa de Pós-Graduação, referentes ao período de vigência da bolsa;
- V – disponibilizar à CAPES, no prazo solicitado, qualquer informação ou documentação referente ao bolsista e suas atividades no âmbito do PNPd;
- VI – acompanhar e avaliar o desempenho dos bolsistas.

Capítulo III

REQUISITOS E ATRIBUIÇÕES DOS CANDIDATOS E BOLSISTAS

Art. 5º Do candidato a bolsista exige-se:

- I – possuir o título de doutor, quando da implementação da bolsa, obtido em cursos avaliados pela CAPES e reconhecidos pelo CNE/MEC. Em caso de diploma obtido em instituição estrangeira, este deverá ser analisado pelo Programa de Pós-Graduação;
- II – disponibilizar currículo atualizado na Plataforma Lattes do CNPq ou, se estrangeiro, currículo com histórico de registro de patentes e/ou publicação de trabalhos científicos e tecnológicos de impacto e/ou prêmios de mérito acadêmico, conforme anexo deste Regulamento;
- IV – não ser aposentado ou estar em situação equiparada;
- V – O candidato pode se inscrever em uma das seguintes modalidades:
 - a) ser brasileiro ou estrangeiro residente no Brasil portador de visto temporário, sem vínculo empregatício;
 - b) ser estrangeiro, residente no exterior, sem vínculo empregatício;
 - c) ser docente ou pesquisador no país com vínculo empregatício em instituições de ensino superior ou instituições públicas de pesquisa.

§ 1º O candidato estrangeiro residente no exterior deverá comprovar endereço residencial no exterior no momento da submissão da candidatura.

§ 2º Professores substitutos poderão ser aprovados na modalidade “a” do inciso V, sem prejuízo de suas atividades de docência, após análise e autorização do Programa de Pós-Graduação.

§ 3º Os candidatos aprovados na modalidade “c” do inciso V deverão apresentar comprovação de afastamento da instituição de origem, por período compatível com o prazo de vigência da bolsa.

§ 4º Os candidatos aprovados na modalidade “c” do inciso V não poderão realizar o estágio pós-doutoral na mesma instituição com a qual possuem vínculo empregatício.

Art. 6º Do bolsista exige-se:

I- elaborar Relatório de Atividades Anual a ser submetido à aprovação do Programa de Pós-Graduação e encaminhar Relatório Final em até 60 (sessenta) dias após o encerramento da respectiva bolsa;

II– dedicar-se às atividades do projeto;

III – restituir à CAPES os recursos recebidos irregularmente, quando apurada a não observância das normas do PNPd, salvo se motivada por caso fortuito, força maior, circunstância alheia a sua vontade ou doença grave devidamente comprovada e fundamentada. A avaliação dessas situações fica condicionada à análise e deliberação pela Diretoria Executiva da CAPES, em despacho fundamentado.

Capítulo IV ATRIBUIÇÕES DA CAPES

Art. 7º São atribuições da CAPES:

I – estabelecer as normas e diretrizes do PNPd;

II – definir o quantitativo de bolsas e custeio que serão concedidos para os Programas de Pós-Graduação, conforme critérios de prioridades e desempenho na avaliação da CAPES;

III – manter sistema de acompanhamento e avaliação do conjunto de ações referentes ao PNPd;

Capítulo V NORMAS GERAIS E OPERACIONAIS DA CONCESSÃO DE BOLSAS

Art. 8º A interlocução com a CAPES deverá ser feita apenas por intermédio do Coordenador do Programa de Pós-Graduação, respaldado pela Comissão de Pós-Graduação do respectivo programa.

Art. 9º É vedado o acúmulo da percepção de bolsa com qualquer modalidade de bolsa de outro programa da CAPES, de outra agência de fomento pública, nacional ou internacional, empresa pública ou privada, ou ainda com o exercício profissional remunerado, ressalvadas as exceções previstas no art. 5º ou expressa permissão em norma específica baixada pela Capes.

Art. 10 Como incentivo ao melhor aproveitamento da dedicação dos bolsistas do PNPd, as Fundações de Amparo à Pesquisa (FAP's), as empresas, os institutos de pesquisa, as instituições de educação superior, as fundações universitárias, as organizações não-governamentais e outras entidades interessadas no PNPd, poderão alocar como contrapartida recursos para passagens e diárias, de custeio e de capital para aquisição de máquinas e outros equipamentos, bem como conceder auxílios complementares aos bolsistas.

DISTRIBUIÇÃO DE COTAS DE BOLSAS

Art. 11 As cotas de bolsas serão distribuídas considerando:

- I – política de apoio prioritário às áreas estratégicas estabelecidas pela CAPES;
- II - característica, localização, dimensão, nível e desempenho do curso na avaliação da CAPES;
- III – análise de diagnósticos e políticas de indução da CAPES.

§ 1º As cotas de bolsas não utilizadas pelos Programas de Pós-Graduação poderão ser recolhidas pela CAPES e redistribuídas entre outros Programas de Pós-Graduação participantes do PNPd, visando à melhor utilização das bolsas.

§ 2º As cotas de bolsas vigentes concedidas por meio dos editais de 2007 (Edital MEC/CAPES e MCT/CNPq e MCT/FINEP), 2009 (Edital MEC/CAPES e MCT/FINEP), 2010 (Edital nº 001/2010 MEC/CAPES e MCT/CNPq/FINEP) e chamada pública de 2011 (Programa Nacional de Pós-Doutorado -2011 – Concessão Institucional às IFES), quando não utilizadas ou por solicitação dos respectivos coordenadores de projeto, poderão ser canceladas pela CAPES e transferidas aos respectivos Programas de Pós-Graduação, no âmbito deste Regulamento.

BENEFÍCIOS ABRANGIDOS NA CONCESSÃO DAS BOLSAS

Art. 12 As bolsas concedidas no âmbito do PNPD consistem em pagamento de mensalidade para manutenção do bolsista, cujo valor será fixado pela CAPES, observada a duração das bolsas, constante deste Regulamento.

Parágrafo Único. Cada benefício da bolsa deve ser atribuído a um indivíduo, sendo vedado o seu fracionamento.

DURAÇÃO DA BOLSA

Art. 13 Para os bolsistas aprovados nas modalidades “a” e “b” do art. 4º, inciso V, o período de duração da bolsa será de doze meses, podendo ser renovada anualmente até atingir o limite máximo de 60 (sessenta) meses.

Art. 14 Para os candidatos aprovados na modalidade “c”, do art. 4º, inciso V, o período máximo de duração da bolsa será de 12 meses, sem possibilidade de renovação.

SUSPENSÃO DA BOLSA

Art. 15 A suspensão da bolsa ocorrerá nos seguintes casos:

I - doença grave que impeça o bolsista de participar das atividades previstas;

II - realização de atividades relativas ao PNPD no exterior, pelo período máximo de 12 meses, caso receba outra bolsa.

§ 1º A suspensão pelos motivos previstos no inciso I deste artigo não será computada para efeito de duração da bolsa.

§ 2º A suspensão pelos motivos previstos no inciso II deste artigo será computada para efeito de duração da bolsa

§ 3º Para o beneficiário que solicitar afastamento temporário para realização de atividades relativas ao PNPD no exterior, pelo período máximo de 12 meses, não haverá suspensão dos benefícios da bolsa, caso não receba outra bolsa.

§ 4º Para a beneficiária que solicitar o afastamento temporário das atividades acadêmicas pela ocorrência de parto durante o período de vigência do respectivo benefício, não ocorrerá a suspensão dos benefícios da bolsa, observada norma específica da CAPES.

§ 5º É vedada a substituição de bolsista durante a suspensão da bolsa.

CANCELAMENTO DE BOLSA E SUBSTITUIÇÃO DE BOLSISTAS

Art. 16 A bolsa poderá ser cancelada pela CAPES ou Programa de Pós-Graduação a qualquer tempo por infringência à disposição deste Regulamento, ficando o bolsista obrigado a ressarcir o investimento feito indevidamente em seu favor, de acordo com a legislação federal vigente, e impossibilitado de receber benefícios por parte da CAPES pelo período de até cinco anos, contados do conhecimento do fato, sem prejuízo das demais sanções administrativas, cíveis e penais.

Art. 17 O bolsista poderá ser substituído no âmbito do Programa de Pós-Graduação, a qualquer tempo, em casos de desempenho insuficiente, desistência, abandono, interrupção ou finalização da vigência da bolsa ou projeto. Nestes casos a substituição do bolsista deverá ser precedida do cancelamento da bolsa vigente e cadastramento posterior do novo bolsista PNPd.

Parágrafo Único - A substituição de bolsista requererá a apresentação de Relatório de Atividades referente ao tempo de vigência da bolsa.

Capítulo VI

CUSTEIO

Art. 18 Os recursos financeiros relativos ao custeio serão repassados pela CAPES no âmbito dos programas de fomento aos quais estiverem vinculados os Programas de Pós-Graduação, respeitando a proporcionalidade do número de bolsas e o estabelecido no artigo 10.

Art. 19 A utilização dos recursos de custeio deverá obedecer à regulamentação do programa de fomento com o qual o Programa de Pós-Graduação estiver vinculado.

Capítulo VII

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 20 As novas concessões de bolsas PNPd passarão a seguir as regras estabelecidas por esta Portaria, ficando revogadas todas as disposições contrárias a este Regulamento.

Art. 21 Os casos omissos serão resolvidos pela CAPES.